

AS ATUAIS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES NO REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO (REDA): UMA REFLEXÃO GEOGRÁFICA

THE CURRENT WORKING CONDITIONS OF TEACHERS IN THE REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO (REDA): A GEOGRAPHICAL

LAS CONDICIONES LABORALES ACTUALES DE LOS DOCENTES EN EL REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO (REDA): UNA REFLEXIÓN GEOGRÁFICA

Érica Vieira Souza ¹
Glauber Barros Alves Costa ²

Manuscrito recebido em: 14 de fevereiro de 2022.

Aprovado em: 04 de abril de 2022.

Publicado em: 18 de junho de 2022.

Resumo

Esse artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O objetivo principal foi compreender a precarização do trabalho docente no Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) no estado da Bahia. A metodologia é composta por dados qualitativos obtidos nas pesquisas bibliográficas, documentais e de campo. A coleta de dados foi feita através de um questionário semiestruturado distribuído entre docentes participantes da pesquisa. Os primeiros resultados apresentam o REDA a partir da teoria de Milton Santos (2003): O REDA como fábula, como perversidade e como possibilidade. Através dessa investigação chega-se à conclusão de que existe o desejo dos (as) docentes por melhores condições de trabalho, de contratação, de salário e a luta pela valorização da carreira laboral.

Palavras-chave: Condições de Trabalho; Precarização docente; REDA.

Abstract

This paper is part of a master's research development at the Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Which aims to understand the precariousness of teaching work in the Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) in the state of Bahia, in Brazil. The methodology consists of qualitative data, collected from bibliographic, documentary and field survey. Data collection was done through a semi-structured questionnaire with the teachers. The first results present REDA

¹ Mestranda em Ensino, Linguagem e Sociedade (Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia edital 008/2020) e Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Ensino de Geografia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6845-7272> Contato: erica_iga@yahoo.com.br

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Docente no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ensino de Geografia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2964> Contato: glauberbarros@hotmail.com

based on the theory of Milton Santos (2003): REDA as a fable, as a perversity and as a possibility. Based on this investigation the conclusion is reached that there is a desire of (the) teachers for better working conditions, hiring, salary and the struggle for the enhancement of the teaching career.

Keywords: Working Conditions; Teaching precariousness; REDA.

Resumen

Esta investigación es parte de una otra investigación de maestría desarrollada en la Universidade do Estado da Bahia (UNEB). El objetivo principal fue comprender la precariedad del trabajo docente en el Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) en el estado de Bahia. La metodología está compuesta por datos cualitativos obtenidos de investigaciones bibliográficas, documentales y de campo. La recolección de datos se realizó a través de un cuestionario semiestructurado distribuido entre los profesores participantes de la investigación. Los primeros resultados presentan REDA desde la teoría de Milton Santos (2003): REDA como fábula, como perversidad y como posibilidad. A través de esta investigación, llegamos a la conclusión de que existe un deseo por parte de los profesores de mejores condiciones de trabajo, contratación, salarios y la lucha por la valorización de la carrera laboral.

Palabras clave: Condiciones de trabajo; Precariedad docente; REDA.

Introdução

A educação baiana acompanha as demandas do mercado neoliberal global, sendo notório que nos últimos anos vem crescendo substancialmente o número de contratações de profissionais da educação pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). Dentre esses profissionais encontramos os(as) professores(as), que vivenciam a flexibilidade do trabalho sob ápice do sistema capitalista de produção.

O presente estudo faz parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da UNEB, que tem como papel investigar na pós-graduação a precarização do trabalho do(a) professor(a) inserido(a) nas escolas estaduais do Estado da Bahia pelo REDA. O termo precarização vem de precário³, precariedade, do latim “*precarius*”, que significa incerto, podendo ainda ser definido como escasso, duvidoso, instabilidade, instável, insuficiente, carência ou fragilidade do trabalho.

³ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 4ª ed. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 2000.

Dentre as questões presentes na formação dos professores cumpre destacar as condições de trabalho, a remuneração, a jornada de trabalho e a forma de contratação na sociedade capitalista (CAVALCANTI, 1998). A abordagem por essa temática decorre da curiosidade epistemológica e do desejo de entender as condições de trabalho do(a) professor(a) e para isso buscará na ciência geográfica os fundamentos teóricos e metodológicos para entender as implicações dessas contratações temporárias. Na contemporaneidade o REDA está presente nas escolas públicas e seus efeitos precisam ser conhecidos.

Enfoca-se aqui, especificamente nas respostas obtidas em questionários aplicados, apenas os professores de Geografia, mas a perspectiva pode ser ampliada ao perceber que os dados e discussões apresentados revelam um recorte dos profissionais da Educação na Bahia. As dificuldades aqui apresentadas são enfrentadas por outros professores de outras áreas do conhecimento, mas sabemos que existem rebatimentos agravantes quando se fala dos professores de Geografia por terem recentemente no currículo do Ensino Médio baiano sua carga horária de sala de aula reduzida, o que demonstra uma maior vulnerabilidade e precariedade desses trabalhadores frente aos ditames do capitalismo virótico (ANTUNES, 2020).

Na introdução do livro “Por uma outra Globalização” o geógrafo e professor Milton Santos (2003) apresenta o mundo como fábula, como perversidade e como possibilidade. Assim o define: “O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização” (SANTOS, 2003, p. 18).

Na perspectiva desse pensamento é que surge a ideia de analisar o REDA a partir da teoria de Santos (2003), com o objetivo de compreendê-lo como fábula na visão do senso comum. Em seguida, fundamentada na realidade social, busca mostrar a perversidade desse sistema e, por último, considerar o REDA como possibilidade, apontando caminhos para superação de suas deficiências para a carreira docente.

Metodologia

Ao abordar as reais condições de trabalho do(a) professor(a) no REDA, o estudo busca discutir e apontar outras possibilidades. Santos (2003, p. 13) argumenta que é preciso “[...] tratar da realidade tal como ela é, ainda que se mostre pungente; e, de outro lado, sugerir a realidade tal como ela pode vir a ser, ainda que para os cétricos nosso vaticínio atual apareça risonho”. Assim, essa pesquisa se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois prioriza a qualidade das informações, para a compreensão da problemática.

Mediante os discursos dos(as) professores(as) e de outros dados, busca-se a totalidade do problema. Bogdan e Biklen (1994) definem a pesquisa qualitativa como um instrumento de investigação que conduz o pesquisador a investigar os fenômenos em toda a sua complexidade em contexto natural, privilegiando a compreensão dos assuntos a partir da opinião dos sujeitos da pesquisa.

Primeiramente foram desenvolvidas uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa documental. No texto discute-se a realidade do(a) professor(a) a partir dos apontamentos teóricos de Antunes e Praun (2015), Bernandes (2015), Thomas Júnior (2004), Pimenta e Ghedin (2005), Santos (2003), Silva Júnior (2019), entre outros. Analisam-se também os seguintes documentos: o edital da seleção do REDA e o decreto de Lei nº 11.571 de junho de 2009.

A coleta de dados foi realizada através de um questionário semiestruturado com 10 professores voluntários de Geografia que relataram suas condições de trabalho nas escolas. Com os dados obtidos através da coleta foi feita a análise dos discursos dos sujeitos, tendo o cuidado de deixar explícitos os planos das falas, por entender que cada fala é importante para o entendimento do objeto (CHIZZOTTI, 2006).

O REDA como fábula

Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação[...] diante da presença de uma ideologização maciça, segundo a qual a realidade do mundo atual exige como condição essencial o exercício de fabulações (SANTOS, 2003, p. 18-19).

A realidade das condições de contratação dos(as) professores(as) pode ser considerada uma fábula como elucidada Santos (2003), pois vem sendo realizada por meio de vários processos seletivos simplificados de pessoal por tempo determinado em Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, objetivando contratação de professores para atuarem na rede de educação básica estadual com vistas ao atendimento de necessidade de serviço temporário e excepcional. No estado da Bahia, infelizmente, esse processo tem acontecido de forma recorrente.

A fábula se dá à medida que o governo utiliza dos editais na modalidade REDA como uma chance de emprego, em um país onde os professores iniciantes veem poucas oportunidades de trabalho. Sendo assim, o REDA aparece como uma possibilidade de iniciar sua carreira profissional na educação básica e adquirir experiência. Essa visão romanceada do emprego a partir do REDA vai se liquefazendo quando nota-se o exército de reserva que se inscreve nos editais e quando se dá conta das condições de trabalho e das diversas dificuldades para conseguir o emprego.

Pensar as condições de trabalho do profissional em educação implica pensar as condições de emprego deste profissional, sua forma de contratação, remuneração, carreira e estabilidade. Implica também compreender que essas condições são determinadas pela organização do trabalho no capitalismo (BRITO; PRADO; NUNES, 2017, p. 167).

Pensar as condições de trabalho do(a) professor(a) no REDA implica refletir sobre a forma como se deu a sua contratação, qual é a sua remuneração e qual a perspectiva de progressão desses professores na carreira docente. Nesse sentido, a oferta de emprego temporário é mascarada em editais que não garantem os direitos trabalhistas dos profissionais da educação.

O REDA emerge na educação como um regime de contratação temporária desse professoral que vem suprir a demanda do mercado educacional. Sua missão é impedir que os estudantes fiquem sem aula por falta de profissionais em áreas ou disciplinas com carência de professores; então o REDA seria uma necessidade, pois a educação deveria ser para todos e não apenas para uma elite social.

Mas que necessidade é essa que oprime e tira condições adequadas do exercício do labor dos(as) professores(as)? Estamos “[...] diante da presença de uma ideologização maciça, segundo a qual a realização do mundo atual exige como condição essencial o exercício de fabulações” (SANTOS, 2003, p.19). É preciso compreender o contexto histórico em que se dá o processo de precarização dos profissionais da educação contratados via REDA, pois nossa história educacional é marcada por avanços e retrocessos, resultado de diversos governos com políticas neoliberais que impõem a flexibilização e a terceirização do trabalho docente.

Segundo Pimenta e Ghedin (2005, p. 40): “[...], terceirizar e despojar os professores de suas especialidades nas áreas do conhecimento torna impossível o projeto de escola coletivamente construído, a partir da reflexão sobre os problemas da educação escolar”.

Os(as) professores(as) REDA estão contratados pelo decreto de nº 11.571 de 03 de junho de 2009, após passarem por uma seleção pública realizada por uma empresa terceirizada através de uma banca examinadora. Aprovados, os candidatos estabelecem com o estado um contrato temporário de seis anos. Esse decreto contribuiu para o aumento da subcontratação, diminuindo a contratação do quadro efetivo. Geralmente os editais trazem as obrigações e os valores da remuneração que consiste em um salário base acrescido por atividades complementares (AC).

As atividades realizadas pelo professor(a) contratado(a) pelo REDA são quase sempre as mesmas dos profissionais efetivos: ministrar aulas, elaborar planos de curso, planos de aula, participar de reuniões pedagógicas, colaborar com eventos escolares e extraescolares, propor projetos de intervenção, entre outras atividades.

Em que pese o vínculo seja mais precário que o dos professores efetivos, o contrato em REDA pode ser visto, muitas vezes, como uma possibilidade de ingresso na carreira, sobretudo para os graduados que estão desempregados e recém-formados. Além do mais, como o Estado insiste em procrastinar a realização de concursos públicos para professores efetivos, o processo seletivo em REDA se torna o único meio dos docentes atuar na educação pública (SILVA JUNIOR; OLIVEIRA, 2019, p.101)

Com isso, o emprego que deveria ser estável é divulgado em editais temporários, atraindo professores desempregados e recém-formados na graduação, jovens em sua maioria em estado de vulnerabilidade social em busca de seu primeiro emprego na carreira.

O REDA como perversidade

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes [...] perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são diretamente ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização (SANTOS, 2003, p. 20).

Para Santos (2003) a perversidade é “sistêmica”, ou seja, deixa de se manifestar por fatos isolados para se estabelecer como sistema. A causa essencial da perversidade sistêmica é a instituição da competitividade como regra absoluta, que escorre sobre todo o edifício social. Portanto, a crise estrutural é resultante da relativa diminuição da importância do Estado nas relações sociais, onde o dinheiro em estado puro torna-se o poder em estado puro. Nessa perspectiva compreende-se a vulnerabilidade das condições de trabalho do professor REDA.

O REDA como perversidade seria, em uma perspectiva utilizando a ideia de Santos (2003), as precárias condições de trabalho as quais o docente está submetido. A rotatividade do emprego é uma característica do REDA: os(as) professores(as) que trabalham nesse regime não têm estabilidade, estão sujeitos ao desemprego, à mudança de local de trabalho e a não garantia dos direitos trabalhistas.

Para a humanidade, a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidade (SANTOS, 2003). Campanhas de substituição da mão de obra do trabalho do professor por escolas EADs, novas formas de contrato e o aumento do desemprego para a classe dos professores são reflexos de um processo histórico onde as formas de produção estão sendo modificadas. Com a revolução tecnológica houve a necessidade de mudanças no sistema de produção com a adoção do modelo Toyotista, em que a força de trabalho exigiu um novo trabalhador, uma nova subjetividade operária, subordinada ao controle social.

[...] com o toyotismo, o processo de redefinições das formas produtivas, com mais ou menos profundidade e amplitude impõe a constituição de um novo trabalhador, ou de uma nova subjetividade operária que dê a esse projeto um dinamismo lucrativo e os pré-requisitos para o efetivo exercício do controle social (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 15).

A promessa do desenvolvimento social e econômico pelo sistema toyotista não foi uma utopia e não vigora mais. É imprescindível afirmarmos que as novas formas de exploração da força de trabalho vêm levando os docentes a conviverem com a precariedade das condições de ensino-aprendizagem⁴. Os aspectos dos ambientes escolares influenciam no efetivo ensino realizado pelos docentes (OLIVEIRA; PEREIRA JÚNIOR; REVI, 2020).

O trabalho continua sendo a fonte de valor do capital, como diz Menezes (2007, p. 14): “Quando o trabalho vira a mercadoria fundamental para o lucro, é porque o trabalhador, seu dono, já está condenado a ser supérfluo, pois quanto mais barata, miserável e abundante for ela, mais lucrativa é a produção”. A condição do sistema acumulativo do capital é transformar os sujeitos em coisas baratas e vendáveis ao mercado; então o desemprego, a pobreza, a fome, a miséria, o analfabetismo, os baixos índices de escolaridade, a falta de profissionais qualificados para o cargo, entre tantas outras necessidades na educação são desafios a serem superados.

Do ponto de vista da crise estrutural do sistema do capital, afere-se que, esse modo de produção amplia o exército de reserva e joga parcelas significativas da classe trabalhadora na condição do desemprego e do subemprego, sendo esta uma prerrogativa para explorar ainda mais os trabalhadores que se mantêm na condição de empregados (CONCEIÇÃO; SOUZA, 2019, p. 65).

A educação brasileira sofre pressões dos organismos internacionais (Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE –, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO); entre outros) desde muito tempo e para atender as exigências externas vem terceirizando seu quadro de profissionais, assim mantendo o controle ideológico sobre a sociedade. Os educadores estão reféns desse sistema perverso chamado REDA, que contrata o professoral principalmente para atuar nas escolas do subúrbio urbano e nas do campo pelo interior do estado.

⁴ OLIVEIRA, D. A.; PEREIRA JÚNIOR, E. A.; REVI, N. de S. Condições de trabalho dos professores e satisfação profissional: uma análise em sete estados do Brasil. **Cenas Educacionais**, v.3, n.e9503, 2020.

As escolas do campo têm sua sede em localidades bem distantes dos centros urbanos, o que dificulta seu acesso. Além disso, as escolas do campo são precárias; não dispõem de estrutura física, material pedagógico e falta do quadro branco à internet. Geralmente são para essas unidades que são encaminhados os professores em regime temporário; muitos docentes acabam desistindo da vaga, pois não tem transporte para levá-los, nem lugar para hospedagem ou auxílio transporte suficiente para mantê-los nessas localidades.

Fiquei feliz pela aprovação, mas logo veio a frustração de saber que a escola que iria trabalhar estava localizada numa zona rural, o estado não oferece o auxílio transporte suficiente para meu deslocamento até lá, então prefere desistir da vaga e esperar outro edital de contratação (PROFESSORA REDA DE GEOGRAFIA 1, 2019).

É essa a realidade perversa a qual nossos educadores estão sendo submetidos, pois não podem exercer sua docência pela omissão e falta de esclarecimento no ato da contratação. Para efetivação da contratação do (a) professor (a) REDA é exigido uma série de documentos (RG, CPF, comprovante de residência, entre outros) e exames laborais (Atestado de Saúde Ocupacional, entre outros), o que é considerado um exagero, pois trata-se de uma contratação temporária. Tais documentos são entregues no prazo máximo de 10 dias úteis ao Núcleo Territorial de Educação (NTE), ou seja, em um curto prazo de tempo, e ao entregar os documentos não recebem uma cópia do contrato que é firmado

[...] A não apresentação pelo candidato, de qualquer dos documentos comprobatórios fixados no presente Capítulo, dentro do prazo legal, tornará sem efeito sua contratação. 14.12 Durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia - SEC reserva-se o direito de proceder às convocações, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária observando o número de vagas existentes (SEC, 2019).

Como salienta o próprio edital (2019), a não apresentação de qualquer dos documentos dentro do prazo legal tornará sem efeito a contratação, além de convocar apenas o número de candidatos que atenda aos interesses imediatos das escolas, ou seja, se aprovado (a) na seleção do REDA, o (a) professor (a) não tem garantida a sua convocação para a vaga destinada.

Em relação aos exames laboratoriais, cabe aqui dizer que estão sendo cobrados altos valores pelas clínicas particulares, já que, se os exames fossem feitos no sistema público, a demora levaria o candidato a perder a vaga temporária oferecida. O aumento do prazo ou a possibilidade da retirada de alguns exames solicitados facilitaria para o (a) professor (a) assumir a vaga do REDA.

Com escolas sucateadas os professores não dispõem de material pedagógico: não tem globo, mapas, laboratório de informática, biblioteca, ou mesmo o livro didático para ministrar suas aulas. Ressalta-se que ao longo do século 20, com o aumento da produção em massa e da ampliação do controle e intensificação do trabalho, novas formas de acidentes e adoecimentos passaram a fazer parte do cotidiano do trabalho docente.

O cumprimento das metas estabelecidas, que implicam o aumento da intensidade do trabalho e da produtividade, não vem acompanhado de nenhum compromisso por parte das corporações sobre a melhora das condições de trabalho, como limites da jornada de trabalho, ritmo de produção ou outros instrumentos que preservem a saúde do trabalhador (ANTUNES; PRAUN, p.419).

Os docentes estão sujeitos a todo tipo de doença laboral. Dentre as que mais acometem estes profissionais estão a depressão, ansiedade, estresse, nervosismo, baixa autoestima, distúrbios vocais em decorrência do uso excessivo da voz na sala de aula, distúrbios alimentares, cansaço físico e mental, dores de cabeça e musculares, problema na visão. Estes problemas são ainda mais acentuados quando o contrato de trabalho é instável, trazendo sentimentos de angústia e frustração com a profissão.

Os(as) professores(as) têm uma carga horária de 20 horas semanais como consta nos editais REDA, que só oferecem 20 horas de trabalho. O(a) professor(a) que deseja trabalhar mais horas tem que prestar dois processos seletivos. Se for aprovado pode assumir as 20 horas na unidade lotada ou em duas escolas diferentes ou, ainda, em duas cidades diferentes, ou seja, o REDA de 40 horas só existe nessa condição.

A falta de emprego nas proximidades das suas residências leva muitos professores a migrarem (deslocarem forçadamente) para outras áreas do seu território regional em busca do emprego e da renda familiar, restando apenas o uso das tecnologias da comunicação (celular e internet) para comunicar com seus familiares e amigos.

As condições do trabalho docente no REDA são de longas jornadas de trabalho, às vezes, em várias escolas para adquirir um salário digno. Longas horas são perdidas em estradas no deslocamento de casa até o trabalho. Ao deslocar-se de um município a outro para exercer sua profissão, o professor REDA de 20 horas não tem direito ao auxílio alimentação e transporte. Muitos moram em residências alugadas, sofrendo com a especulação imobiliária de alguns municípios, estando sujeitos a aluguéis caros. Como afirma o professor 2 que,

Deslocava cerca de 200 km para ir dar aula, não tive outra opção, é meu primeiro emprego, procurei obter ajuda para auxílio transporte e me disseram que não podia receber, pois o limite ultrapassava, então tive que optar por ir morar perto de meu trabalho na esperança de ter uma experiência na carreira, estava subordinada a pagar um aluguel caro, que correspondia a metade do que ganhava, o pouco que sobrava tinha que fazer milagre para pagar as demais contas de água, luz, internet e alimentação, tempo difícil, preocupo com dia do amanhã, sem estabilidade na profissão não sei se terei uma aposentadoria digna (PROFESSORA DE GEOGRAFIA 2, 2019).

Em nenhum momento o docente contratado é assessorado sobre os direitos trabalhistas, como recebimento do salário em dia, terço de férias, ajuste salarial, salário família, afastamento por justa causa (doença ou falecimento de familiares), aposentadoria, entre outros.

O(a) professor(a) é realmente considerado contratado quando recebe uma matrícula, um número de protocolo de registro que serve para o(a) identificar como funcionário(a). Esse número na maioria das vezes demora a ser emitido – entre dois a cinco meses –, trazendo vários transtornos para o docente recém-contratado. O mais grave é o atraso do pagamento do primeiro salário; esse primeiro pagamento, seja o valor total ou parcial, sempre é pago após a geração da matrícula (Número de registro dos professores)⁵ junto com endereço de e-mail. O órgão responsável alega que às vezes demora em gerar a matrícula em decorrência de questões externas.

Como os editais só trazem o nome da cidade ou do Núcleo Territorial de Educação (NTE) em que a vaga é oferecida, o(a) professor(a) escolhe na ilusão de ocupar a vaga oferecida. Uma candidata aprovada e desistente da vaga relata o seu sentimento de frustração diante da realidade, mas também demonstra a esperança de mudança:

⁵ **E-mail e-Nova.** Disponível em: <<http://consultaenova.educacao.ba.gov.br/>>. Acesso em 16/04/2020, as 08h34 min.

Estou frustrada com essa farsa do governo com o concurso cujo objetivo principal é enganar as pessoas com um emprego que não existe ou oferecer o que ninguém quer. Vou ligar pra o NTE pra dizer que não aceito porque não tenho condições de assumir a vaga (PROFESSORA REDA DE GEOGRAFIA 3, 2020).

Esse relato é bem comum entre os professores. Após a desistência da vaga e da inexistência de mais candidatos aprovados ao cargo, a solução para preenchimento do quadro é a contratação emergencial de outro professor. Na maioria das vezes, trata-se de uma pessoa da própria localidade que não tem a formação na área, mas está apta a exercer o notório saber devido a sua experiência como docente. Essas informações podem ser comprovadas mediante a consulta da programação dos professores e verificação de seus currículos nas secretarias escolares.

As unidades escolares recebem e solicitam informalmente currículos e recomendam, quando necessário, professores ao Núcleo Territorial de Educação (NTE). Esse tipo de relação contribui para o aumento da competitividade por cargos temporários, fruto de uma “perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas” (SANTOS, 2003, p. 20).

Fiz o REDA para Educação Básica 2019/2020, fiquei em 1ª colocação e no Edital o município que concorri tinha 2 vagas disponíveis. Porém saiu a convocação e não fui convocado. [...] vai ter outras convocações? Ou tenho que intervir com justiça (PROFESSOR REDA DE GEOGRAFIA 4, 2020).

Nota-se uma insegurança com os processos seletivos, o que nos faz acreditar que o REDA é muito instável; o ideal é ter concursos para uma real estabilidade na carreira de professor. Outro docente também expõe a mesma incerteza: “Pelo que entendi, foi o mesmo caso que o meu. Primeiro colocado para minha cidade. Porém quando saíram as convocações, a vaga não existia mais” (PROFESSOR REDA GEOGRAFIA 5). A ansiedade e a angústia abalam os profissionais da educação, pois há falta de transparência em algumas cláusulas dos editais.

Em relação à questão salarial, segundo ARAÚJO (2020), o (a) professor (a) no REDA (contratado no ano de 2020) recebe a quantia de R\$ 1.306,19 acrescidos de Gratificação de Estímulo às Atividades de Classe no valor de R\$ 407,27, perfazendo um total de R\$ 1.713,46 (mil setecentos e treze reais e vinte e seis centavos). Ressalta-se também que os(as) professores(as) REDA não recebem reajuste salarial: “REDA [...] não tem aumento, recebe apenas o salário que consta no contrato vigente de sua contratação. Difícil” (PROFESSOR REDA DE GEOGRAFIA 6, 2020). Então o salário que ganham mal paga as despesas básicas do seu dia a dia. Esse valor não é real, porém, devido aos abatimentos mensais do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) (SILVA JUNIOR; OLIVEIRA, 2019).

Muitos candidatos aprovados não são convocados, outrora assumem e com poucos dias ficam excedentes: “É uma triste realidade! Estão exonerando antes de completar o prazo de dois anos” (PROFESSOR REDA DE GEOGRAFIA 7, 2020). Em decorrência de escolas que são fechadas ou da chegada de professores efetivos, os professores no REDA podem ser transferidos para outras unidades escolares ou ficarem excedentes até serem dispensados da rede de ensino estadual.

As quatro (4) horas destinadas às Atividades complementares (ACs) são poucas diante das inúmeras demandas escolares. O professor REDA que trabalha 16 hora/aula por semana tem muita aula para planejar, o que inviabiliza o atendimento individual para os alunos e pais. A Professora (REDA DE GEOGRAFIA 8, 2020) argumenta: “Eu queria que professor no REDA com 20 horas trabalhasse 13 horas/aula e tivesse 7 horas destinadas ao AC. Isso já ia servindo”.

Muitas unidades escolares estão sucateadas e em péssimas condições de uso: faltam funcionários, equipamentos de trabalho, transporte escolar. São recorrentes paralizações no estado. Os professores no REDA aderem às paralisações sindicais, porém, as pautas das paralizações não se estendem à categoria terceirizada, que almeja bons salários, melhores condições de trabalho e reconhecimento como profissionais da educação.

[...] existe algum ponto de pauta nesta paralização que trate do reajuste, aumento e valorização dos profissionais contratados pelo REDA? Em muitas escolas a maioria dos professores são REDA, entretanto, sabemos da diferença salarial e ausência de benefícios e vantagens que não temos nenhuma, professores mestres e doutores recebem tal como professores com apenas graduação. O que os professores efetivos e a classe têm feito por esse regime de contratação? (PROFESSOR REDA DE GEOGRAFIA 9, 2020)

Observa-se, pelo questionamento acima, a dúvida em relação às pautas da paralização e a preocupação da categoria REDA de ser ouvida e assistida também dentro das reivindicações sindicais docentes. Outra dúvida recorrente desses profissionais é sobre o término do contrato: “[...] depois do término do contrato REDA leva quanto tempo para receber a rescisão? O REDA tem direito a receber quais benefícios?” (PROFESSOR REDA DE GEOGRAFIA 10, 2020). Essas informações infelizmente não estão presentes no contrato de trabalho do REDA. Há ainda a preocupação com o tempo para receber a rescisão e a incerteza de quais benefícios recebem; geralmente recebem 1/3 de férias e 13º salário correspondente aos dias trabalhados.

Com o aumento dos contratos temporários a carreira docente está comprometida, pois não há estabilidade no REDA. Há muita rotatividade dos professores, que passam pelas instituições escolares sem construir vínculos, cumprem suas cargas horárias e não têm condições de acompanhar as atividades propostas pela escola; isso não é bom, pois o trabalho do professor não deve se limitar apenas a ministrar aulas.

As consequências desse quadro de precarização são problemas de saúde como o cansaço, a fadiga, a ansiedade e depressão, reflexos de uma vida corriqueira. Sem tempo exclusivo para a jornada de trabalho na escola, muitos professores REDA levam atividades para casa para serem feitas e corrigidas. Não têm descanso, muito menos lazer, pode-se “[...] desenvolvem patologias físicas e mentais, diretamente relacionados com um quadro de sucateamento da educação e, conseqüentemente, do trabalho docente” (BERNARDES, 2015, p. 37).

Os professores servem a sociedade como mediadores do conhecimento, devem ser ouvidos e acolhidos em suas necessidades básicas, só assim teremos uma produtividade intelectual satisfatória. É por essa razão que se faz necessário repensarmos as condições de trabalho dos professores. Diante das informações apresentadas, podemos afirmar que o REDA é perverso, pois os professores que trabalham nesse regime não dispõem de qualidade na carreira, correndo o risco de não terem a progressão como docente, visto que os contratos temporários estão carregados de limitações trabalhistas.

O REDA como possibilidade

Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa de que falamos acima. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos [...]. No plano teórico, o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma metanarrativa, um novo grande relato (SANTOS, 2003, p. 20-21).

Santos (2003) define, em sua visão otimista define a possibilidade como “solidária”, que está baseada em outros valores que não hegemônicos. Trata-se de pensar e repensar as relações humanas para além do capital. Na visão de Santos, um outro REDA só será possível se pensarmos em novas condições de trabalho para os professores, em que as leis trabalhistas sejam mais justas para a categoria, em que os direitos trabalhistas dos professores contratados pelo REDA contribuam para uma melhor qualidade de vida dos profissionais da educação, preservem sua integridade física e mental, respeitando o direito ao lazer, à cultura e à capacidade profissional do professor.

Mesmo enfrentando a desvalorização em sua profissão e convivendo com a precarização no trabalho, os professores do REDA mantêm-se resistentes ao sistema do capital, com opiniões sobre o mundo e sobre os seus próprios problemas, constroem sua postura ética e moral, dinamizam a educação, estimulam o aluno a ser sujeito pensante de seu tempo, são capazes de fazer e estimular manifestações democráticas.

Se há algo que os educadores brasileiros precisam saber, desde a mais tenra idade, é que a luta em favor do respeito aos educadores e à educação inclui que a briga por salários menos ímoraes é um dever irrecusável e não só um direito deles. A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte (FREIRE, 1996, p. 74).

O combate em favor da dignidade do profissional docente tem que ser uma luta comunitária, os professores têm que exercer sua profissão com dignidade; nossos docentes são fontes valiosas do saber. Com as pressões produtivas do trabalho, a educação passa a ser desenvolvida para atender a esse mercado neoliberal, que prioriza o desenvolvimento da capacidade produtiva humana, adaptável às demandas do capital (BRITO; PRADO; NUNES, 2017).

O Estado, dentro dessa lógica capitalista, compreende a educação como forma de desenvolver o capital humano para atuar como mão de obra qualificada no mercado de trabalho. Então os professores diante desse cenário têm novas responsabilidades, dentre elas o de educar para o trabalho.

Os professores não são assistidos totalmente pelas leis trabalhistas, estão sujeitos a frustrações e angústias no trabalho. Todavia, podemos pensar num regime melhor, que valorize a carreira e eleve a autoestima docente. Isso será possível através de uma mudança na política pública educacional através dos movimentos sociais. Quando a classe trabalhista se rebelar e o pensamento livre ser o protagonista, teremos uma verdadeira educação democrática e transformadora.

É presumível fazer com que o REDA seja melhor e isso é possível através da intervenção sindical, pois a união faz a força. “[...] poderíamos juntar todos os REDA do estado da Bahia e lutar por melhores condições de trabalho” (PROFESSOR REDA DE GEOGRAFIA 10, 2020). Os docentes REDA vêm se articulando através de grupos nas redes sociais (*facebook e whatsapp*) para discutirem sobre as suas condições de trabalho. Esses movimentos externos têm contribuído para o fortalecimento dessa classe de trabalhadores marginalizada. Quando os professores trabalham juntos, cada um pode aprender com o outro; a colaboração entre todos permite a reflexão de problemas que os afetam.

Reinventar as formas de organização docente tendo como cunho o colegiado seria uma alternativa democrática a se pensar, pois a maioria dos professores no REDA – por serem recém-formados ou estarem em seu primeiro emprego – não são associados e muitos outros não conhecem o sindicato, outrora não tem condições financeiras para filiar-se. A partir dessas metamorfoses pode-se pensar na formação dos sindicatos para o trato das demandas dos professores na atual conjuntura educacional. A informação é o caminho para a transformação necessária do REDA.

A organização docente sob a forma sindical é um importante campo de estudos para a compreensão da profissão do professor na atualidade. Por isso, é importante que os sindicatos dos docentes estaduais assistam aos profissionais REDA, deem a eles as orientações necessárias e acompanhe essa nova modalidade dentro da categoria docente.

As lutas sindicais e dos movimentos sociais em greves, palestras, paralizações e assembleias foram importantíssimas para a conquista de vários direitos trabalhistas ao longo da história do trabalho, dentre eles a redução da carga horária de trabalho, o auxílio maternidade e outros contidos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Acredita-se que os sindicatos, sendo a organização coletiva dos professores ao longo dos anos, com suas lutas por melhorias para a carreira docente, seja o caminho mais viável para buscar avanços para professores que trabalham pelo REDA.

Algumas considerações

Muito se discute sobre as condições do trabalho do professor. Aqui apresentamos um pouco da dura realidade vivenciada e subordinada dos professores de Geografia no REDA. A análise da categoria é feita sob o viés de Santos (2003), com o enfoque da Fábula, da Perversidade e da Possibilidade.

Pretendeu-se mostrar nesse trabalho que o REDA é uma fábula, pois a ilusão de processos seletivos pela Secretaria de Educação no estado da Bahia mascara a realidade de um regime de contratação temporária de professores.

Acredita-se ter deixado claro que o REDA como modelo utilizado pela rede estadual de ensino na Bahia trata-se de uma realidade perversa, pois as condições nas quais o professor está submetido revelam a carência e a negação de direitos trabalhistas.

O REDA como possibilidade de ser melhor se dará através da luta sindical, quando a categoria se unir e lutar pelos direitos trabalhistas conquistados pelos professores há décadas. Acredita-se que esse regime perverso no estado será melhor se fizer valer a integralidade da lei para todos os profissionais da educação.

Sabe-se que existem muitas formas de se mobilizar em defesa dos direitos trabalhistas. Aqui se ressalta o sindicalismo docente, que tem suas raízes ligadas aos movimentos por políticas públicas educacionais, reflexo da constituição de 1988, que legalizou o sindicalismo docente em mais participação em Conselhos, tornando-se novos espaços sindicais.

Portanto, a filiação sindical é a forma mais organizada dos professores REDA buscarem melhores condições de trabalho. No entanto, ainda são poucos os estudos sobre o seu potencial formativo; por isso propomos essa abordagem como meio de valorização dos professores terceirizados.

Referências

ARAÚJO, C. M. de; et al. Condições de trabalho docente: uma análise sobre a remuneração salarial e satisfação com a carreira. **Cenas Educacionais**, v.3, p.e9907, 2020.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, n.123, p.407-427, 2015.

ANTUNES, R. **Capitalismo virótico**: um sistema destrutivo que só será superado através das lutas sociais. Disponível em: <www.dmtdebate.com.br>. Acesso em 12/11/2020.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC). Edital de processo seletivo simplificado para contratação de professores em Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, nº 08, de 10 de outubro de 2019. **Diário Oficial**: Bahia, 10 de outubro de 2019.

BERNARDES, A. T. Hegemonia neoliberal, precarização do trabalho docente no ensino público do estado de São Paulo e adoecimento – uma análise a partir de Ourinhos – SP. **Revista Pegada**, v.16, n.especial, 2015. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3529>>. Acesso em 16/04/2020, as 09h43 min.

BOGDAN, R. C. BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRITO, R. S; PRADO, J. R.; NUNES, C. P. As condições de trabalho docente e o pós-estado de bem-estar social. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v.10, n.23, p.165-174, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/6676>>. Acesso em: 09/07/2019.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, Escola e Construção de conhecimentos**. 10ª ed. Editora: Papyrus, 1998.

CONCEIÇÃO, A. L.; SOUZA, S. T. Avanço do capital e a barbárie societal no campo brasileiro. **Geopauta**, v.3, n.3, p.53-74, 2019.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FERREIRA, A. B. H. **Minidicionário da língua portuguesa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

MENEZES, S. O. **De “supérfluos” á sujeitos históricos na contramão do capital: A Geografia do (des) trabalho**. São Cristóvão, SE, 2007.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (orgs). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, D. A.; PEREIRA JUNIOR, E. A.; REVI, N. de S. Condições de trabalho dos professores e satisfação profissional: uma análise em sete estados do Brasil. **Cenas Educacionais**, v.3, p.e9503, 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA JUNIOR, J. A. da; OLIVEIRA, I. F. de. A contratação em regime especial de direito administrativo (REDA) e seu impacto nas condições de trabalho docente: o caso dos professores do estado da Bahia. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v.6, n.1, p.86-105, 2019.

SOUZA, É. V.; COSTA, G. B. A. As Condições de Trabalho Dos Professores de Geografia no Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) Durante Pandemia do Coronavírus. In: **Revista Pegada**, v.21, n.2, 2020.

THOMAZ JÚNIOR, A. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Geosul**, v.19, n.37, p.7-26, 2004. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13556> >